

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Rua Bernardino Bogo, nº 100, Galeria Itália, 1º andar FONE/FAX (44) 3245-5588
CNPJ 76.285.329/0001-08
E-mail: educamandagua@gmail.com



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 25/2025

Dispõe sobre os critérios de prioridade para acesso a vagas em Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, nos casos de existência de fila de espera, no âmbito da rede municipal de ensino de Mandaguaçu-PR e dá outras providências.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais e, considerando:

- a Constituição Federal de 1988, Art. 6º e Art. 208, inciso IV, que asseguram a educação como direito social e o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade;
- a Lei nº 8.069/1990 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especialmente os Arts. 4º, 53 e 54, que garantem prioridade absoluta à infância e o acesso e a permanência na educação básica;
- a Lei nº 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Arts.
 4º e 11, que dispõem sobre a oferta da educação infantil e a competência do Município;
- a Lei nº 13.146/2015 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI),
 que assegura o direito à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades;
- a Lei nº 12.764/2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), Art. 3º, inciso IV, alínea "a", que garante o acesso à educação;
- a Lei nº 13.845/2019, que alterou o Art. 53, inciso V, do ECA para assegurar a matrícula de irmãos na mesma escola, na medida do possível, e na escola pública próxima de sua residência;
- a Lei nº 14.851/2024, que estabelece a necessidade de regulamentação municipal dos critérios de prioridade para acesso a vagas na educação infantil quando houver fila de espera;



ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Rua Bernardino Bogo, nº 100, Galeria Itália, 1º andar FONE/FAX (44) 3245-5588 CNPJ 76.285.329/0001-08 E-mail: educamandagua@gmail.com



a realidade local de Mandaguacu-PR, com demanda superior

 a realidade local de Mandaguaçu-PR, com demanda superior à oferta imediata de vagas em determinados CMEIs em períodos específicos, demandando critérios transparentes, objetivos e inclusivos.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

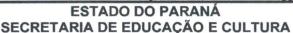
Do Objeto, Abrangência e Definições

- **Art.** 1º Esta Instrução Normativa estabelece os critérios de prioridade, os procedimentos e as responsabilidades para o acesso a vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil CMEI do Município de Mandaguaçu-PR, quando houver fila de espera, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e 11 (onze) meses. **Art.** 2º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:
- I Fila de espera: cadastro oficial e único, mantido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com ordem cronológica de solicitação e registro dos critérios de prioridade;
- II *Unidade de referência*: CMEI mais próximo da residência da criança ou outro definido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura por motivo de disponibilidade de vaga e/ou atendimento especializado;
- III Comprovação: documentação apresentada pela família ou emitida por órgãos públicos competentes, conforme o Capítulo IV.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

- **Art. 3º** Buscando assegurar transparência, equidade e prioridade legal no acesso às vagas dos CMEIs, garantindo o direito à educação infantil e a proteção integral da criança, esta instrução normativa possui, enquanto objetivos específicos:
 - I Estabelecer ordem clara de prioridade quando houver fila de espera.
 - II Padronizar a análise documental e a atualização do cadastro único.



Rua Bernardino Bogo, nº 100, Galeria Itália, 1º andar FONE/FAX (44) 3245-5588 CNPJ 76.285.329/0001-08



E-mail: educamandagua@gmail.com

- III Garantir prioridade às crianças com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e outras condições que demandem atendimento educacional especializado, conforme legislação.
- IV Favorecer a matrícula próxima da residência e a permanência de irmãos na mesma unidade, quando possível.
- V Integrar a política educacional com a rede de proteção social, respeitando o sigilo e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD Lei nº 13.709/2018).

CAPÍTULO III

Dos Critérios de Prioridade

- **Art. 4º** A classificação na fila de espera observará, cumulativa ou alternativamente, a ordem de prioridade abaixo, mediante comprovação:
- I Crianças com deficiência, inclusive TEA, transtornos do neurodesenvolvimento e outras condições que demandem Atendimento Educacional Especializado (AEE), nos termos da LBI e da Lei nº 12.764/2012.
- II Crianças com irmãos já matriculados na rede pública municipal de educação básica, preferencialmente na mesma unidade ou, não sendo possível, em unidade da mesma região, observado o art. 53, V, do ECA (Lei nº 13.845/2019).
- III Crianças em situação de medida protetiva prevista no ECA, acolhimento institucional ou familiar, ou com acompanhamento formal de CREAS/CRAS.
- IV Crianças pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com inscrição ativa no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e/ou beneficiárias de programas de transferência de renda.
- V Crianças filhas de mães, pais ou responsáveis legais adolescentes devidamente matriculados na educação básica, ou em comprovado retorno ao trabalho após licença-maternidade/paternidade.
- VI Situação de mudança compulsória de endereço (remoção por trabalho público, desastres, calamidade ou situação análoga), comprovada por documento oficial.

ESTADO DO PARANÁ





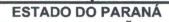


- VII Ordem cronológica de inscrição na fila de espera, quando não presentes os critérios anteriores.
- § 1º A existência de mais de um critério de prioridade para a mesma criança resultará em posicionamento favorável, observada a ponderação definida no § 2º.
- § 2º Para desempate entre crianças com idênticos critérios, aplicar-se-á, sucessivamente:
 - a) maior número de critérios presentes;
 - b) menor renda per capita familiar;
 - c) prioridade para a unidade mais próxima;
 - d) data e hora do protocolo de inscrição.
- § 3º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá, em caráter excepcional e fundamentado, realocar a vaga para unidade diversa da referência, quando indispensável para garantir o atendimento, preservando-se a prioridade legal.

CAPÍTULO IV

Da Documentação Comprobatória

- **Art.** 5º Para análise dos critérios de prioridade, deverão ser apresentados, conforme o caso:
- I Documento de identificação da criança, dos responsáveis e comprovante de residência atualizado.
- II Laudo, relatório ou declaração de profissional habilitado da saúde e/ou equipe multiprofissional que ateste deficiência/TEA e/ou necessidade de AEE.
 - III Declaração/memorial de matrícula do (s) irmão (s) na rede municipal.
 - IV Comprovante de inscrição no CadÚnico e/ou benefício social ativo.
- V Documento que comprove medida protetiva, acolhimento, acompanhamento por CREAS/CRAS, ou situação de risco.
- VI Comprovação de vínculo estudantil de mãe/pai/responsável (declaração escolar) ou de retorno ao trabalho (declaração do empregador, termo de fim de licença).
 - VII Documentos oficiais que comprovem mudança compulsória de endereço.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Rua Bernardino Bogo, nº 100, Galeria Itália, 1º andar FONE/FAX (44) 3245-5588 CNPJ 76.285.329/0001-08



E-mail: educamandagua@gmail.com

VIII - Outros documentos que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura considerar necessários para dirimir dúvidas, preservado o princípio da razoabilidade. **Parágrafo único.** É vedada a exigência de laudo como condição de matrícula; o documento serve exclusivamente para fins de prioridade e organização do serviço educacional.

CAPÍTULO V

Dos Procedimentos e Responsabilidades

- **Art. 6º** O cadastro na fila de espera será realizado presencialmente ou por meio eletrônico oficial da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, mediante protocolo com data e hora.
- **Art.** 7º A análise dos critérios será realizada por comissão técnica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com representantes da gestão educacional e, quando necessário, da rede de proteção social.
- **Art. 8º** As vagas que surgirem serão ofertadas respeitando a ordem de prioridade e a zona de atendimento. A família será contatada pelos meios informados no cadastro e terá prazo de até **3 (três) dias úteis** para confirmar a matrícula. Não havendo resposta no prazo, a vaga retornará ao fluxo, registrando-se a ocorrência no sistema.
- **Art. 9º** A Secretaria Municipal de Educação e Cultura manterá registro atualizado e auditável da fila de espera, resguardados o sigilo de dados pessoais (LGPD) e a transparência ativa mediante divulgação periódica de relatórios agregados.
- **Art. 10** Casos omissos e situações excepcionais serão analisados pela comissão técnica, com decisão fundamentada e ciência da família.

CAPÍTULO VI

Dos Recursos

Art. 11 Da decisão sobre a classificação da criança caberá recurso administrativo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da ciência, dirigido à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que decidirá em igual prazo.





Rua Bernardino Bogo, nº 100, Galeria Itália, 1º andar FONE/FAX (44) 3245-5588 CNPJ 76.285.329/0001-08

E-mail: educamandagua@gmail.com



CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

- Art. 12 Esta Instrução Normativa não cria direito subjetivo imediato à vaga quando inexistente disponibilidade física, devendo a Secretaria Municipal de Educação e Cultura adotar providências para a ampliação da oferta conforme planejamento e capacidade orçamentária, observada a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- **Art. 13** Fica a Secretaria Municipal de Educação e Cultura autorizada a editar orientações complementares e a revisar anualmente os critérios de prioridade, de acordo com a avaliação da demanda e da rede de atendimento.
- Art. 14 Revogam-se as disposições em contrário.
- Art. 15 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 13 de novembro de 2025.



SANDRA APARECIDA FRANCISCO

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado no Orgão
Oficial do Município
3578 Edição
de Mo 1 11 25
Secretário 03